

'AH, ESTÁ A ESTUDAR GRAMÁTICA !' – RECONSIDERAÇÕES SOBRE O GÉNERO.

Miguel Gonçalves
UCP-Faculdade de Filosofia de Braga

1. Não é nosso propósito, nem cabe nas limitações que o momento exige, percorrer, por mais rápidos que alcançássemos ser, ou por mais invejável que fosse o nosso poder de síntese, a incomensurável bibliografia que o estudo desta categoria morfológica debita, nem tão-pouco, mesmo perspectivando-se uma tarefa eventualmente menos árdua, intentar compreender a razão da curiosidade que o género desde sempre aliou a si.

É de todas as categorias morfológicas aquela que, certamente, mais paixões tem suscitado. Com efeito, desde há muito que uma vasta plêiade de filósofos, antropólogos, psicólogos, psicanalistas, filólogos, gramáticos e até poetas, com resultados mais credíveis uns, com teorias menos sustentadas outros, têm vindo a abordar o assunto. Também os linguistas cedo se aproximaram dos demais, o que vem engrossar consideravelmente o feixe quer das teorias em presença quer dos resultados obtidos. Compreensivelmente – e explicitamos desde agora o nosso objecto e método de estudo –, pouco mais nos resta do que, na diversidade das últimas aproximações, separar o trigo do joio, perseguir alguma sistematização, e não tanto fazer doutrina nova.

Em primeiro lugar, revisitaremos, por conseguinte, e em jeito de síntese, com Michel ARRIVÉ¹, algumas "oscillations des théories du genre dans l'histoire récente de la linguistique", para num segundo momento, e na esteira da metodologia aí utilizada, nos aproximarmos de alguma bibliografia em português. E não obstante o nosso itinerário

não se cingir apenas a esse tipo particular de estudos, cremos contribuir assim para o repto lançado pela organização deste encontro quando se propõe, entre outras temáticas, inquirir sobre o valor das gramáticas.

Em ordem à prossecução de tais objectivos, começaremos por estabelecer duas dicotomias, sucessivas e hierarquizadas.

A primeira separará as concepções do género como categoria "vazia", "arbitrária", "aleatória", "formal" – são estes os termos mais comumente utilizados – das teorias que afectam ao género um "sentido", um "significado", um "conteúdo", uma "substância". É no seio desta última classe de teorias que intervirá a segunda dicotomia, segundo modalidades que oportunamente serão apresentadas.

2. Género: categoria vazia vs categoria plena

2.1. Em definitivo, são poucos os linguistas que se inclinam a reduzir plena e exclusivamente o género a uma destas categorias.

Num artigo cuja intenção é analisar, "à l'intérieur de la problématique plus générale de la sexualisation du discours, un phénomène spécifique lié à l'existence de la catégorie linguistique définie comme genre grammatical"², e que por isso se pretende assumir como um ponto da situação sobre o problema das relações entre "as origens do género gramatical" e realidade extralinguística da diferença sexual, a A., Patrizia VIOLI, aponta HJELMSLEV como um dos representantes cimeiros do género como categoria "complètement arbitraire, vide, dénué de signification"³, quando o A. opina que esta é apenas uma possibilidade assintótica, colocada, a título hipotético, por certos linguistas em relação a determinadas línguas. A A. comete a imprudência duma excessiva generalização, evoluindo, curiosamente, duma perspectiva inicialmente menos redutora, para depois se deixar arrastar para uma posição praticamente insustentável: a de que todos os linguistas defendem a arbitrariedade do género. Esta posição é desde já refutável, no mínimo e exactamente a partir do próprio exemplo de HJELMSLEV, pois este A. não hesita em por em causa tal arbitrariedade para lhe afectar um conteúdo.

2.2. Em direcção diametralmente oposta, e em número reduzido, colocam-se os linguistas que afectam ao género um "sentido", um

"significado", um "conteúdo", uma "substância", postura que apenas inverte a perspectivação dos problemas, pois limitam-se a afirmar, simultaneamente, a unicidade e a plenitude desta categoria nominal: a diferença morfológica tem um sentido quer para o par *gato/gata*, quer para o de *cesto/cesta*.

Excluídas *ab initio* as teorizações mais reducionistas, relevaremos antes o primado duma ou doutra ou, o mesmo é dizer, matizaremos algumas atitudes linguisticamente diferentes. ARRIVÉ, entre os que propendem a considerar o género como uma mera categoria gramatical, distingue os "hábeis", os "prudentes" e os "temerários". Da nossa parte, por comodidade terminológica, iremos também acompanhá-lo.

2.1.1. Ponto de vista hábil

Consideramos efectivamente hábil o ponto de vista adoptado, entre outros, por DUBOIS *et al.*, ou ainda por GREVISSE, que avança com a seguinte definição:

*Le genre est une propriété du nom, qui le communique, par le phénomène de l'accord [...], au déterminant, à l'épithète, à l'adjectif attribut, ainsi qu'au pronom représentant le nom*⁴.

Parte-se de uma descrição do género baseada exclusivamente em critérios formais, no sentido habitual do termo: trata-se, essencialmente, de um fenómeno de acordo. A habilidade – e até a hipocrisia! –, segundo ARRIVÉ, surgem, porém, quando mais adiante, quase camufladamente(?)⁵, se acrescenta em jeito de especificação:

*Pour la plupart des noms le genre est arbitraire. Ce n'est que pour une partie des noms animés qu'il y a un lien entre genre et le sexe de l'être désigné: c'est ce que certains appellent le genre naturel*⁶.

O compromisso parece bem encontrado: salvagarda-se a natureza formal da categoria, sem esquecer, (contrariados ?), que ela pode receber um investimento semântico. Aliás, tem-se submetido esta figura de base a diferentes "exames", o mais elegante dos quais é, sem dúvida, o "funcional" que MARTINET expõe em "Le genre féminin en indo-européen[...]"⁷, onde se justifica historicamente – exactamente através do indo-europeu – o carácter epifenoménico do valor semântico do género.

2.1.2. Atitude prudente

O autêntico "pau de dois bicos" que os hábeis tentam manejar é ligeiramente alterado pelos mentores desta nova atitude. Duma assentada cortam em duas a categoria do género, segundo ela afecte os animados ou os inanimados. Para os primeiros, é-lhe atribuído um conteúdo, a diferença sexual; mas insiste-se, naturalmente, nas rebarbas que se observam entre o género e o sexo: repete-se, entre outros, o exemplo que Maurice LEROY⁸ apresenta com certo humanismo, em que imagina "uma sentinela" a esposar "um manequim".

Mas é para os não-animados que a categoria assume plenamente o seu vazio completo. Esta atitude, aparentemente muito lúcida, é talvez a mais frequente entre os linguistas. Adoptam-na, entre outros, autores tão diferentes como LYONS, DUBOIS, ou ainda na gramática actual ARRIVÉ, GADET, GALMICHE – pour les (êtres) non animés [...] la répartition des noms entre deux genres paraît aléatoire"⁹ e até Charles BALLY, em *Linguistique générale et linguistique française*, que de forma tão incisiva como elegante, exemplifica assim tal prudência de atitude:

*Il n'y a aucune raison pour qu'un substantif français(à part ceux designant des êtres sexués) soit du masculin ou du féminin*¹⁰

2.1.3. Opção temerária

Certamente conscientes, à partida, da dificuldade que têm em defender a sua posição, constituem o grupo que menos se evidencia. Com efeito, parece-nos de todo temerário e até paradoxal, perante a diversidade das línguas, afirmar que a categoria de género é totalmente vazia de sentido. Mesmo assim estes linguistas existem, mas talvez em número não tão elevado como pretende VIOLI, o que justifica a sua incapacidade de exemplificação. Da nossa parte, centrar-nos-emos num dos últimos artigos publicados sobre este assunto, de Richard RENAULT e intitulado "Genre grammatical et typologie linguistique":

*On admettra sans peine que la distinction de genre n'a pas pour fonction d'exprimer une quelconque distinction d'ordre notionnel, ni même de rendre effective la partition du lexique*¹¹.

O A.apoia-se numa passagem de "La notion de rection", de HJELMSLEV, mas negligencia-lhe o carácter histórico: pretende-se

situar a "linguística clássica" face à "linguística estrutural" nascente. e é neste contexto – exactamente a propósito dos resultados daquela (linguística clássica) – que se emite a apreciação citada por RENAULT:

*ici la définition sémantique paraît insuffisant ou même impossible, et ce n'est que la définition fonctionnelle, déterminant le genre comme un indice de concordance, qui fournit un point de repère solide et véridique*¹².

Mas esta avaliação histórica enunciada sobre as concepções clássicas do género em nada compromete um programa para a linguística estrutural: sem negligenciar a análise funcional, importa considerar o problema da "substância" articulada por esta categoria, tarefa que HJELMSLEV empreenderá um pouco mais tarde, não sendo pois um exemplo feliz para ilustrar a tese da arbitrariedade do género.

Urge reconhecer que Martinet, desde 1956, data da publicação de "Le genre féminin en indo-européen: examen fonctionnel du problème", tem vindo a elaborar uma teoria do género que parece contornar as duas dificuldades acabadas de enumerar. Consiste em eliminar o pretendido género do inventário dos monemas, colocando um monema de "sexo" apto a dar uma manifestação morfológica à diferença sexual. Compreende-se o interesse desta posição: salvaguarda a existência duma estrutura morfológica articulando o campo nocional da sexualidade sem ter de se confrontar com o monstro linguístico que é uma categoria morfológica vazia: excluído do inventário dos "monemas", o género deixa duma assentada de constituir uma categoria morfológica.

2.2. Já dissemos que descrever o género como **categoria plena** não resolve nenhum dos problemas apontados, apenas permite a sua observação a partir dum ângulo diverso. Mais de que afirmar que a diferença morfológica tem um sentido quer para o par *pato/pato*, quer para o de *lenho/lenha*, importa explicitar esse sentido e quais as modalidades o veiculam. É nessa linha de rumo que faremos intervir uma nova dicotomia.

2.2.1. Aproximação dedutiva: de entre os AA que temos revisitado, HJELMSLEV continua a ser o que mais se aproxima (ou preconiza), (d)esta posição, evoluindo dum claro radicalismo emergente em "La notion de rection", para a forma mais matizada e problemática patenteada em "Animé et inanimé, personnel et non-personnel":

[...] il faut sans doute avouer que la solution proposée pour le genre (et pour le nombre) – celle qui consiste à attribuer à ces catégories formelles une affinité avec la catégorie sémantique de consistance, et, plus particulièrement, à la catégorie du genre surtout une affinité avec l'opposition sémantique entre expansion et concentration et entre massif et ponctuel – doit être considérée comme étant encore sujette à caution. Il n'en reste pas moins que le principe méthodologique est celui qui vient d'être ici indiqué¹³.

Compreendemos a prudência do A.: não é fácil lateralizar, dum só golpe, toda a tradição milenar nem, tão-pouco, integrar a diversidade de todos os efeitos de sentido observados – e concretamente a diferença sexual – na oposição entre expansão e condensação. Explica-se também que no fim do artigo retome exclusivamente as noções mais ou menos vulgarizadas de animado/não-animado, pessoal/não-pessoal e masculino/feminino, inflectindo o seu percurso, em nítida aproximação, principalmente, aos trabalhos de MEILLET.

A fazermos fé nas palavras de ARRIVÉ, Knud TOGEBY é muito menos prudente na aplicação das teorias de HJELMSLEV. Em *Structure immanente de la langue française*, apresenta como um dado adquirido que

*Hjelmslev a réussi à trouver une définition qui convient aussi à des cas où il ne s'agit pas du sexe: le masculin désignerait la concentration, le féminin l'expansion*¹⁴.

Todavia, quando chegado o momento de validar esta hipótese ao nível da realidade linguística francesa TOGEBY não consegue ser muito convincente. Manifesta-se incapaz explicitar de que forma associa a diferença sexual à oposição entre expansão e concentração; e este é o problema central. O A. tenta demonstrar, de forma discutível, que o feminino se associa à expansão porque possui "um valor aumentativo", remetendo-nos para o difícil problema da pretensa relação isomórfica entre o género e o traço semântico do tamanho do referente.

2.2.2. Historicamente, a **perspectiva indutiva** tem uma tradição deveras afortunada. Inscrevem-se aqui AA como Franz BOPP e até Leo SPITZER, defensores da pansexualização do universo tal como os primitivos indoeuropeus, para quem, todas as coisas, à semelhança dos animais, seriam machos e fêmeas. Mas os autores que certamente melhor ilustram esta corrente são J. DAMOURETTE e E. PICHON¹⁵.

Estes AA forjam uma terminologia linguística praticamente neológica, não sendo portanto, estranha a recusa da noção de género para línguas como o francês e afins. Propõem a sua substituição pela noção de "sexuiseemblance" e empenham-se em procurar, para este ou para aquele nome ou grupo de nomes, as razões que podem determinar a sua "sexo-semelhança"¹⁶.

E saem-se bem, mas de forma desigual: são enganosos para os sufixos, mas bastante pertinentes para os animais que apenas beneficiam dum termo indiferenciado.

DAMOURETTE e PICHON prolongam a sua sexualização dos factos (dados) linguísticos até à provocação, ao apresentarem, por exemplo, *l'arche* como "fêmea" de *l'arc* e atribuindo-lhe dois "filhos": *l'arceau* e *l'archet*¹⁷.

Resta uma dificuldade inversa daquelas com que se deparam os outros linguistas. A "sexo-semelhança" não é o sexo, mas apenas uma metáfora. Como explicar, então, o acordo de "sexo-semelhança" entre os adjectivos e a forma pronominal *je / eu*, que, exactamente, não é afectada pela "sexo-semelhança"?

3. O género em português

Depois de nos termos demorado em teorizações de AA de outras línguas, propomo-nos cumprir agora o momento seguinte deste trabalho de pesquisa, qual seja o de tentarmos sistematizar o que em português (também) se tem produzido sobre o assunto. Mais: para clareza da exposição teremos sempre em mira alguma exemplificação.

Da diversa bibliografia carreada, convocaremos para levar por diante este objectivo aquela que, mesmo de natureza diferente, e com desigual valor, nos parece, dentro da metodologia adoptada (subjectiva e por isso não menos discutível), digna de ser considerada¹⁸.

[Género] *é uma classificação puramente gramatical dos substantivos em dois grupos, masculinos e femininos, segundo a terminação do adjectivo acompanhante* (p.65).

ROCHA LIMA repete, textualmente, as palavras da *Gramática Castellana* de Amado Alonso e Pedro Henríquez Ureña. Demos prioridade à voz deste gramático em primeiro lugar porque dum assentada trouxemos à discussão não só o seu próprio juízo, mas também o

entendimento de dois" eminentes mestres da língua espanhola"(id., p.65, nota 1) – o que aumenta consideravelmente o leque dos que taxativamente consideram o género como uma categoria "puramente" vazia –, e depois, porque ROCHA LIMA é dos AA seleccionados o que se coloca, em nosso entender – a definição é inequívoca –, numa das posições mais radicais:

Masculino – continua o A. –, *é o substantivo que se puder juntar à forma masculina de um adjectivo, ou ao artigo o; feminino, o que se puder juntar à forma feminina de um adjectivo, ou ao artigo a.*

Já apontámos alguns dos problemas que em termos gerais tais abordagens do género suscitam, mas, antes de nos debruçarmos sobre esta incursão em particular, tentemos verificar qual poderá ser o eco que, mesmo assim, ela encontra, junto de outros AA.

Salvaguardada a diversidade de pressupostos teóricos subjacentes, Jorge Morais BARBOSA, em estrita fidelidade interpretativa do mais recente labor teórico de MARTINET, assume-se, sob essa óptica, nada menos temerário de que o A. da *Gramática Normativa*:

Convém distinguir rigorosamente o género do sexo.

Há em português monemas ditos do género masculino e monemas ditos do género feminino, mas esta distinção nada tem a ver com o sexo.

[...] *O género é uma questão de forma, por isso de natureza morfológica, porque se manifesta na forma dos determinantes do monema e só por ela se dá a conhecer: um homem português, uma mulher portuguesa, este carapau, aquela sardinha. etc. São estas diferenças formais nos significantes dos determinantes que interessam à morfologia.*¹⁹

Ao remeter a manifestação do género, exclusivamente, para os determinantes do monema – e até aqui (mas apenas até aqui), continuamos a trilhar um caminho paralelo ou até coincidente, entre outros, com o do próprio ROCHA LIMA –, deixa não só o caminho aberto para suprimir esta categoria morfológica do conjunto dos monemas, mas favorece até a sua substituição por um monema de "sexo feminino": assim acontece com o /a/ final de *aluna*, de *marquesa*, de *leitora*, etc., por confronto, respectivamente, com *aluno*, *marquês* e *leitor*; com o segmento final de /iza/ em *profetisa* /*profeta*; /eza/ – *prioresal*/prior, etc.²⁰

Por sua vez, MATTOSO CÂMARA, partindo basicamente da necessidade de destrição entre género e sexo, encaminha também desde

logo a sua exposição para uma dupla vertente: o teorizador é em simultâneo o primeiro crítico das gramáticas tradicionais:

*A flexão de género é exposta de uma maneira incoerente e confusa nas gramáticas tradicionais do português*²¹

Contribui para tal incoerência e confusão, "uma incompreensão semântica da sua natureza", erroneamente "associada intimamente ao sexo dos seres", o que só seria possível através do recurso a um pansexualismo inconsequente para os seres inanimados, e depois de resolvidas algumas discrepâncias mesmo para os seres biologicamente sexuados. O A. recusa, por conseguinte, tal identificação, porque,

Na realidade, o género é uma distribuição em classes mórficas, para os nomes, da mesma sorte que o são as conjugações para os verbos. A única diferença é que a oposição masculino-feminino serve frequentemente para em oposição entre si distinguir os seres por certas qualidades semânticas, como para as coisas as distinções como jarro-jarra, barco-barca, etc., e para os animais e as pessoas a distinção do sexo, como em urso-ursa, menino-menina. [...] O mais que podemos dizer, porém, em referência ao género, do ponto de vista semântico, é que o masculino é uma forma geral, não-marcada, e o feminino indica uma especialização qualquer [...].

Identificada a primeira incoerência e confusão na descrição do género em português, o A. elege como segunda, a ausência da "distinção imprecindível entre flexão de género e certos processos lexicais ou sintácticos de indicar o sexo".

À primeira vista, as palavras de M. CÂMARA, sobretudo em a *Estrutura da Língua Portuguesa*, parecem ter como destinatários próximos, como veremos, exactamente, os AA. da *Nova Gramática*.²²

Ao contrário do que se poderia pensar, esta é bem menos ousada de que qualquer um dos estudos em que M. CÂMARA se refere ao assunto. Efectivamente, a novidade de que estes são invariavelmente portadores, confunde-se ou dilui-se, quase ousaríamos dizer, no comodismo mais tradicional daquela (primeira): os AA evitam definir a categoria em si, e limitam-se a recuperar o que de mais geral há nas definições anteriores. De forma quase telegráfica afirmam:

Há dois géneros em português: o MASCULINO e o FEMININO – e, ainda sem se distanciarem das propostas precedentes, nomeadamente de LIMA, insistem na especificação: "pertencem ao género masculino todos os substantivos a que se pode antepor o

artigo o, [...] ao feminino todos os substantivos a que se pode antepor o artigo a .

Todavia, imediatamente a seguir, a propósito da formação do feminino, esclarecem:

Os substantivos que designam pessoas e animais costumam flexionar-se em género, isto é, têm geralmente uma forma para indicar os seres do sexo masculino e outra para indicar os do sexo feminino .

Afinal, e em contradição com o que antes é afirmado, nos dois géneros do português pelos quais se repartem "todos os substantivos", só aqueles cujos referentes são seres sexuados "costumam flexionar-se em género". Ficam por conseguinte de fora os biologicamente assexuados, os que designam coisas, exclusão que *ab initio*, não era suposta ser feita. Perguntamos: nos seguintes exemplos não há flexão de género? – *caldo/calda; sapato/sapata; ramo/rama*. Compreendemos o embaraço porque também nós não vislumbramos, nos pares citados, qual é o macho e qual é a fêmea; todavia, há flexão de género . Efectivamente, só em observação, se alude, em caracteres bem menores, aos substantivos que designam coisas. Considera-se de início, o género como um fenómeno de concordância, mas o carácter formal da categoria é logo praticamente anulado: parte-se da divisão tradicional entre género natural e género gramatical. Só em relação ao primeiro, que nunca é referido, se pode falar de flexão de género, enquanto os nomes de seres inanimados, segundo os AA, só possuem um género gramatical e por isso não têm flexão (de género). Em suma: o radicalismo inicial depressa é contradito pelo maniqueísmo frouxo e inconsequente da divisão entre seres animados e inanimados...²³

Por sua vez, Mário VILELA, confrontado com o amontoado de dúvidas e de explicações que pouco explicam, aponta para uma solução de compromisso de incidência semântico-formal: admite como útil um corte entre a classe dos seres animados de base prevalentemente bio-semântica, e a dos seres inanimados, a partir dum mero critério de classificação formal:

Talvez se conseguisse pôr mais ordem na teoria do género, separando a classe dos seres animados, da dos seres inanimados. Na primeira classe, encontrar-se-ia a possibilidade de uma dicotomia com base bio-semântica; na segunda, um simples índice de classificação formal²⁴.

Até este momento o A. hesita entre a atitude prudente e o ponto de vista hábil. Mas ao propor

Para os nomes dos seres que não obedecem a este parâmetro, o estabelecimento de uma zona de intersecção dos dois sub-conjuntos, participando de certas propriedades dos animados e, ao mesmo tempo, de simples coordenadas mórficas dos inanimados

e ao admitir que, mesmo assim,

haverá sempre casos anómalos, onde nem a boa vontade nem o artifício, atingem uma explicação clara

porque serão certamente tantos os exemplos a remeter para esta "zona de intersecção" tememos ter de aceitar um mole de excepções que disputará a primazia, em termos de importância, à própria regra. Não podem, por conseguinte, serem outras as ilações do A. sobre o assunto:

Em conclusão, o género, como propriedade do substantivo, é um conceito classificador, em parte natural e em parte, arbitrário. É classificador porque todos os substantivos têm o seu género, é natural por representar, através da dicotomia formal um par semanticamente diferenciado. É arbitrário, em muitos nomes de animais e nos nomes de coisas.

4. Que comentários nos podem merecer estas teorias?

O traço comum aos hábeis e aos prudentes é que – de forma implícita para os primeiros, explícita para os segundos – cortam em duas a categoria morfológica do género, segundo ela afecte os não-animados ou os animados ou, mais exactamente, um certo número destes (animados). A questão que se coloca é a da legitimidade do corte de uma categoria morfológica, e, eventualmente, dos argumentos que se apresentam para a justificar.

Os temerários esbarram necessariamente em dificuldades mais numerosas e mais graves. A mais evidente é assinalada pela terminologia que, sexualizada há mais de vinte séculos na tradição greco-latina, é tomada às avessas pelos mentores da arbitrariedade do género; a segunda é de ordem mais estritamente linguística: privar a categoria do género de todo o conteúdo é colocar uma categoria mor-

fológica assimétrica, um significante sem significado. HJELMSLEV coloca muito lucidamente o problema quando sublinha que

*la question est de savoir s'il faut reconnaître ou non l'existence de purs opérateurs syntaxiques, de purs indices de construction dénués de signification, donc dépourvus de substance*²⁵.

Também já sublinhámos o esforço teórico empreendido por MARTINET. Mas quererá isto dizer que todos os problemas são resolvidos por esta teoria? Não cremos, porque não podemos deixar de assinalar que a distinção operada por este A. entre género e sexo supõe, ela também, um corte, afinal, no que a morfologia une: em termos gerais, ela consiste a separar o par *pato/pata* do par *bacio/bacia*, pelo facto do primeiro designar seres animados e o segundo seres inanimados. Será razão suficiente? Hesitamos em decidir.

Finalmente, também compreendemos: DAMOURETTE e PICHON sexualizam não só a língua como o sistema, mas também o próprio processo da enunciação: em cada momento o sujeito falante tem de classificar os objectos do mundo como semelhantes ou diversos de si sob o ponto de vista estritamente sexual.

Relevadas algumas das dificuldades que o tratamento do género manifesta quando reduzido a categorias rígidas (vazia vs plena) e percorridas as suas formas mais matizadas, talvez seja oportuno intentar-mos adiantar, em jeito de conclusão, a perspectiva que mais se aproxima do entendimento que temos do assunto. Com HERCULANO DE CARVALHO, muito próximos de outros AA, e em particular de M. CÂMARA, diremos que:

Entende-se habitualmente por género o princípio de classificação e de variação flexional segundo o qual em certas línguas [...] a classe do nome [...] apresenta diversas formas distribuídas por três classes, denominadas do masculino do feminino e do neutro e noutras línguas [...] as formas dessas mesmas espécies de palavras se repartem por apenas duas classes, do masculino e do feminino respectivamente.

Mas ao reafirmarmos, aparentemente, princípios consabidos – o carácter formal da categoria –, não podemos deixar de ter presente – e bem sublinhado – que o género começa por ser por essência e mais profundamente, uma categoria semântica, isto é, "um modo de apreender e significar a realidade, "modi cognoscendi" traduzidos em "modi significandi". Ou seja, sob o seu aparato formal, os objectos

substantivos têm a uni-los, na diversidade dos conjuntos que formam, *alguma ou algumas propriedades individualizadoras que os distinguem dos restantes portadores de propriedade ou propriedades (positiva ou negativamente) opostas*²⁶.

Notas

¹ Cfr. Michel ARRIVÉ, "De quelques oscillations des théories du genre dans l'histoire récente de la linguistique", in *Genre et Langage*, Actes du colloque tenu à Paris X, Nanterre, les 14,15, 16 décembre, 1988, p.6.

² Patrizia VIOLI, "Les origines du genre grammatical", *Langages* 85 (1977), p.15.

³ O estudo de HJELMSLEV intitula-se "Animé et inanimé, personnel et non-personnel" [1956], *Essais Linguistiques*, Paris, Minuit, 1971, pp.223-224.

Sobre esta temática em geral, e sobre este aspecto em particular, temos pronto um estudo de fundo a publicar em dois momentos distintos: no primeiro, já no prelo, relançaremos um olhar sobre algumas teorias que numa forma ou doutra se têm interessado pela origem do género (*Diacrítica*, 1995); estritamente relacionada com toda esta problemática, mas retomando-a numa forma bem mais desenvolvida, aprofundada e até exemplificada, esperamos encontrar espaço no número seguinte da mesma publicação para falarmos "Do vazio semântico à sexualização plena da categoria de género na linguística actual".

⁴ Dos primeiros autores veja-se: *Dictionnaire de Linguistique*, 1973, Paris, Larousse; de Maurice GREVISSE, *Le bon usage*, 1988, Gembloux, Duculot, p. 754.

⁵ Em GREVISSE recorre-se a pequenos caracteres que, em nosso entender, e em desacordo com ARRIVÉ (1988:8) não intentam distrair a atenção do leitor, mas antes decorrem de opções tipográficas que se estendem a todo o volume .

⁶ GREVISSE, 1988: 757.

⁷ O título completo do ensaio de MARTINET é: "Le genre féminin en indo-européen: examen fonctionnel du problème", in *BSLP*, 52, Paris, pp.83-95.

⁸ *Les grands courants de la linguistique moderne*, São Paulo, Cultrix, 1978, p. 1977 (nota 3). Este é certamente um par deveras afortunado. No entanto, cremos que o exemplo deixou de ser pertinente para ilustrar o ponto de vista em questão.. Se até determinado momento, com efeito, *a sentinela* era sempre *um ele*, e o *manequim* sempre *uma ela*, podendo-se corroborar, assim, pelo menos em alguns casos, a arbitrariedade do género relativamente ao sexo do referente, não é menos certo que também desde há muito o *uso* tendeu a resvalar para a efectiva correspondência, pois já se ouvia dizer, com certa frequência, *um* sentinela e *uma* manequim. Hodiernamente, como sabemos, se nos dirigirmos a uma porta de armas, a sentinela já pode ser *uma ela*, uma "soldada", e na passerelle o manequim poderá ser, naturalmente, *um ele*...Mais: a realidade de hoje é bem mais "humanista"; aquilo que outrora não ia além da imaginação, depressa cedeu lugar a esta (e cada vez mais frequente) prática: diluída a categoria morfológica depressa se anula também a diferença sexual. Pouco parece importar mais que para haver casamento tenhamos que estar em presença dum(a) sentinela ele e dum(a) sentinela ela ou, paralelamente, dum manequim ele e dum(a) manequim ela...

- ⁹ Estamos a citar *La grammaire d'aujourd'hui, guide alphabétique de linguistique française*, p.284
- ¹⁰ Cf., *op.cit.*, p.181.
- ¹¹ Remetemos para o artigo mencionado,p.105.
- ¹² O artigo de HJELMSLEV foi publicado em 1939 e não em 1935 como indica RENAULT. O A. continua a utilizar as palavras do mesmo artigo (1975: 151-152)
- ¹³ Louis HJELMSLEV – "Animé et inanimé, personnel et non-personnel" [1956], *Essais Linguistiques*. Paris, Minuit, 1971, pp.223-224)
- ¹⁴ A obra referida obra de TOGEBY foi publicada em Paris, Larousse, 1965. A citação, porém, é feita a partir de ARRIVÉ, 1988, p. 11.
- ¹⁵ Cfr., *Des mots à la pensée.Éssai de grammaire de la langue française*, 1968, vol. I, D'Artrey. Também nos referimos a tais perspectivas em " Sobre a origem do género"(*supra*, nota 3).
- ¹⁶ Como o nome o indica claramente, a "sexo-semelhança" é um sexo metafórico atribuído aos nomes que conforme o seu conteúdo (os AA dizem *semième*) "se teinte, pour une raison quelconque, de masculinité ou de féminité". Todavia, o masculino "physe indifférenciée du repartitoire", isto é (entenda-se), termo não marcado da categoria, está apto a integrar todos os nomes "qu'une cause particulière ne fais pas classer ou maintenir dans le féminin [*ob. cit.*, p.368].
- ¹⁷ *Id.*, pp. 378-379.
- ¹⁸ Adiantamos, desde já, os trabalhos que servirão de suporte à nossa incursão. Como o assunto ocupa, sem excepção, em todas as obras inquestionável destaque, constituindo quase sempre um capítulo autónomo, permitimo-nos apenas mencionar a página na primeira remissão.
- Carlos Henrique da ROCHA LIMA (1985)–*Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, prefácio de Serafim da Silva Neto, Rio de Janeiro, José Olympio, 25 ed..
- Celso CUNHA, Lindley CINTRA (1986) – *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Edições Sá da Costa.
- J. Mattoso CÂMARA JR. (1975)–"Considerações sobre o género em português", *Dispersos*, Rio de Janeiro, col. Estante da Língua Portuguesa, 2ª ed., pp.115-129 [Transcrito da Revista *Estudos Lingüísticos* (Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada), S. Paulo, Centro de Lingüística Aplicada do Instituto de Idiomas Yázigi, 1(2), dez.1966); (1980) – *Princípios de Linguística Geral*, Rio de Janeiro, Padrão-Livraria Editora Lda, 6ª ed.; (1985) –*Estrutura da Língua Portuguesa*, Petrópolis, VOZES, 15ª ed..
- Jorge Morais BARBOSA (1994) – *Introdução ao Estudo da Fonologia e Morfologia do Português*, Coimbra, Livraria Almedina.
- José G. HERCULANO DE CARVALHO (s/d) – "Morfologia" (2) [ms. inédito].
- Mário VILELA (1974) – "Considerações gerais sobre o género", Porto, Faculdade de Letras [Separata da *Revista da Faculdade de Letras* da Universidade do Porto, Série de Filologia-Vol.I-1973].
- ¹⁹ Cfr., BARBOSA, *op. cit.*, pp. 19 e segts.

- 20 [Estes] segmentos finais têm [...] um significado, que lhes é comum, de 'sexo feminino' [...] Estamos portanto em presença de um monema de 'sexo feminino', que, "note-se [...], se opõe à sua ausência e não a qualquer monema de sexo masculino, inexistente em português". Consequentemente, em *aluno, marquês, leitor, profeta, prior*, etc., apesar do seu /u/ final (átono) poder sugerir o contrário, não há qualquer monema de sexo masculino.

Continuemos, entretanto, sem perder de vista a importância que é conferida aos determinantes. É que se por via de regra lhes cabe o principal papel na indicação do género – e neste particular os últimos AA citados afinam todos por idêntico diapasão –, já nos parece de aceitação mais difícil aprovar que tais formas possam desempenhar sempre cabalmente essa função, nomeadamente quando se trata de determinantes **adjectivais**. Se não vejamos: *simples cliente; feliz colega; pianista capaz*, etc...

A regra, afinal, e como avisáramos, tem excepções. Efectivamente, não depende dos determinantes sublinhados a indicação do género porque, tais adjectivos (e neste caso o mesmo também é válido para os seus determinados) devem ser simplesmente considerados como alheios à classe gramatical de género.

- 21 M. Câmara Jr, *Estrutura da língua portuguesa*, pp. 88 e segts.
- 22 Na verdade, se o parágrafo inicial do seu estudo sintetiza aquilo que em termos gerais pensamos sobre as páginas dedicadas por esta ao género, a ilustração de tais incoerências e confusões também pode ser feita, sem dificuldade, a partir duma aproximação mais detalhada ao texto de CUNHA E CINTRA, não obstante a publicação deste ser bem posterior à 1ª edição daquela. Útil seria, por conseguinte, ler a exposição da *Nova Gramática* fundamentalmente à luz da proposta de M. CÂMARA, promovendo duma assentada o útil aprofundamento desta e a necessária apreciação daquela.
- 23 Também os conceitos de flexão e de derivação usados pelos AA estão longe de merecer a nossa aceitação. Voltaremos ao assunto no estudo anunciado, *supra*, nota 3.
- 24 Cfr., VILELA, *op.cit.*, p.14.
- 25 Cfr., HJELMSLEV, 1971, pp.222.
- 26 Veja-se, A. cit., p.1-2.